



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2020.

(Deputada SÂMIA BOMFIM)

Dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a criação de uma zona de proteção no entorno de estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de interrupção de gravidez nos casos previstos na legislação; serviços e estabelecimentos que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual; e locais de atendimento e/ou abrigamento de mulheres em situação de violência.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput consideram-se abrangidos os estabelecimentos de saúde inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde, independente de sua natureza pública ou privada.

Art. 2º - Fica proibido em um raio de 200m (duzentos metros) dos estabelecimentos e serviços citados no artigo 1º a realização de todo e qualquer tipo de atividade, divulgação e abordagem, individual ou coletiva, que vise ou que tenha como resultado:

- a) ofender, constranger, assediar ou dissuadir mulheres que recorrem a referidos serviços e estabelecimentos de saúde e de proteção;
- b) ofender, constranger, assediar ou dissuadir os profissionais de referidos serviços e estabelecimentos por realizarem procedimentos de interrupção de gravidez ou por atenderem mulheres em situação de violência;
- c) gerar sentimento de culpa e/ou causar dano emocional às mulheres que buscam por tais serviços e estabelecimentos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º - O descumprimento do disposto neste artigo será punido com prestação de serviços comunitários e multa, que será revertida em benefício de programas sociais de defesa a mulheres vítimas de violência.

§ 2º - Incide no mesmo ilícito aquele que, individualmente ou não, venha a realizar quaisquer destes atos no interior dos estabelecimentos e serviços, sejam eles pacientes, profissionais, acompanhantes das vítimas ou seus familiares.

Art. 3º - O ente da federação responsável pelo perímetro protegido por esta lei poderá compor grupo de ação integrado com o Ministério Público e órgãos da segurança pública para monitorar o cumprimento desta lei e impedir com maior celeridade o prosseguimento das irregularidades.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de Lei tem por objetivo assegurar proteção física e psicológica às mulheres que buscam os serviços de interrupção de gravidez nos casos autorizados por lei. Para tanto, propõe a criação de uma zona especial de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam este serviço, proibindo ações e abordagens que tenham por objetivo ofender, constranger ou dissuadir estas mulheres a acessarem os serviços; causar-lhes dano emocional ou mesmo ofender ou constranger os profissionais que trabalham nestes locais.

Tal projeto seria dispensável se não houvessem ações coordenadas de movimentos que, de maneira cruel e irresponsável, tem realizado ações de dissuasão contra mulheres e crianças em situação de extrema vulnerabilidade social e psicológica, como ocorrido recentemente em um hospital público de Recife-PE, em que grupos fundamentalistas tentaram impedir que o estabelecimento realizasse o procedimento de aborto em uma garota de 10 anos que engravidou após ser estuprada por um tio durante anos em sua própria residência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Infelizmente, tal episódio não foi inaugural. Em São Paulo, um movimento de perfil semelhante manteve, em 2019, uma tenda armada em frente ao Hospital Pérola Byington - principal centro de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no Brasil - com o intuito de realizar uma “vigília contra o aborto” e persuadir mulheres que buscavam o hospital para acessar o serviço de aborto legal previsto no art. 128, II, do Código Penal. Tal presença ofensiva levou a conflitos e até casos de violência física, em que uma paciente vítima de estupro coletivo – e que seguia em tratamento psicológico na instituição - foi agredida ao abordar integrantes do movimento.

Tais episódios não podem seguir se repetindo em nosso país, sendo de fundamental importância a criação de um perímetro de proteção no entorno destes estabelecimentos de saúde, preservando as vítimas, os trabalhadores e demais pacientes destas ações flagrantemente ilegais. Afinal, ao buscar impingir às mulheres e aos profissionais de saúde a pecha de “assassinos” e “insensíveis”, causando extremo sofrimento psíquico, tais pessoas agem com o objetivo de **constranger, impedir ou obstaculizar o exercício de um direito**.

Por esta razão, considerando que a liberdade de opinião não pode invadir o gozo dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, em especial a proteção à dignidade da pessoa humana, e nem servir de escudo para a prática de atos ilícitos, **consideramos que os tais atos ultrapassam os limites da livre manifestação**. Nesta seara, importante ressaltar que, além da determinação insculpida no art. 5º, XVI, da Constituição Federal, o Brasil é signatário de tratados e convenções internacionais que asseguram o direito de reunião pacífica. Tal direito é tutelado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo XX), pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Art. 15) e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (artigo 21), estando o Brasil vinculado à garantia de tal direito, **somente oponível frente a outros direitos fundamentais**, os quais buscamos proteger por meio deste projeto de lei.

A respeito do perfil das mulheres atendidas pelos serviços, relevante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

destacar o relevante estudo nacional desenvolvido pelos pesquisadores Alberto Pereira Madeiro e Débora Diniz¹ no ano de 2015. De acordo com os dados coletados na pesquisa, o perfil é de mulheres na faixa de 15 a 29 anos (62%), solteiras (71%), com ensino médio (37%) e católicas (43%), sendo o estupro o principal motivo para o aborto (94%). Destaque-se que, do total de mulheres atendidas, 38% são crianças ou adolescentes, muitas das quais vítimas de maus tratos e estupros praticados no seio familiar, como é o caso da garota atacada e exposta pelo grupo antiaborto em frente ao hospital de Recife nesta última semana.

Considerando que o estupro é o principal motivador da busca pelo aborto legal, o perímetro de proteção proposto neste projeto é aplicável, também, aos demais serviços e estabelecimentos que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual – como delegacias, serviços da assistência social, serviços de atendimento psicológico, casas-abrigo, dentre outros – possibilitando maior abrangência de proteção.

Diante do exposto, contamos com o indispensável apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta importante e urgente propositura.

Sala das Sessões, de agosto de 2020.

SÂMIA BOMFIM
Deputada Federal
PSOL/SP

¹ MADEIRO, Alberto Pereira; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 563-572, fev. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000200563&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17.08.2020.





Projeto de Lei **(Do Sr. Sâmia Bomfim)**

Dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.

Assinaram eletronicamente o documento CD204880382300, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 2 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 3 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 4 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)